

# O dia da Economia do presidente

No melhor estilo norte-americano, o presidente José Sarney procurou reciclar-se em Economia, convocando economistas de todas as tendências para, num *brain storm* diante dos ministros da área econômica, fazer uma avaliação da política do governo. Segundo a opinião de um dos participantes, tais encontros são muito úteis, pois mostram que, embora seja fácil ter idéias brilhantes, é difícil formular sugestões práticas com vistas a sua concretização.

O presidente da República, respondendo a algumas críticas, deixou bem claro que não pretendia, com essa reunião, esquivar-se ao cumprimento de seus deveres: a responsabilidade é dele e a ele cabe decidir sobre os rumos a seguir. Não foram tomadas decisões nesse encontro dos economistas com membros do governo; houve apenas intercâmbio de idéias, que, aliás, parece ter levado a maior convergência de pontos de vista do que se poderia pensar — o que talvez se explique pelo fato de não terem os economistas, nesse confronto, um auditório a conquistar.

As discussões concentraram-se, no período da manhã, sobre a política externa, e, à tarde, sobre a política interna. O realismo parece ter predominado na avaliação da política de renegociação da dívida externa. Todos os economistas reconhecem a necessidade de chegar-se o mais depressa possível a um acordo com o FMI e os bancos credores, pois a incerteza em torno da assinatura desses acordos está criando um clima desfavorável ao desenvolvimento econômico e até impedindo a elaboração, em bases sólidas, do IV PND. Embora se saiba ser possível chegar a acordo com o FMI, sabe-se também que dificilmente o Brasil conseguirá impor seus pontos de vista ao organismo internacional. Alguns dos participantes ressaltaram que, se não se reduzir o déficit público, não se chegará a acordo com o FMI.

A renegociação com os bancos credores permitiu certa convergência de vistas, que, na realidade, é fruto do bom senso. Com efeito, hoje todos sabem que não se pode falar em capitalização dos juros nem em

*new money* com os credores estrangeiros. O que o Brasil tem de conseguir é uma vitória política para que o foro das eventuais questões jurídicas seja a Corte de Haia, e não os tribunais de Nova York, e para que a cláusula de monitoramento do FMI não seja aceita nos termos em que foi proposta.

Naturalmente, o entendimento não foi tão grande quando se falou de política interna. No centro das discussões aloja-se o problema dos juros. Uns consideram que os juros são altos por ser excessivamente pesado o déficit do setor público, que conviria cortar drasticamente para reduzir-se o custo do dinheiro. Outros convencidos de que o déficit público resulta, basicamente, dos juros elevados, consideram que o governo deveria cogitar do tabelamento dos juros e, especialmente, do *overnight*. Surpreendentemente, alguns economistas parecem dispostos a perpetuar a dissipação do setor público, a salvaguardar a ineficácia desse setor e, até, a ampliar sua atuação.

Diante da situação, procura-se atingir a causa primeira — que não é,

certamente, o juro alto — para, depois e concomitantemente, coibir os abusos ensejados pela verdadeira causa, que é o déficit. Foi provavelmente para pôr fim à discussão que os participantes do encontro da Granja do Torto chegaram a um acordo no sentido de reconhecer que o aumento da tributação (que, como se sabe, pode tomar formas sutis, desde a antecipação dos pagamentos e a não-correção monetária do imposto pago...) se faz necessário. Pelo fato de alguns resistirem à idéia de reduzir os gastos do setor público, invocando a função social deste, os contribuintes podem esperar pelo aumento da carga tributária. Afirma-se que os assalariados serão poupados, mas é bom não ter ilusões: é sempre o consumidor que paga os impostos, sejam estes diretos ou indiretos. É verdade que alguns lucros no mercado financeiro são abusivos, mas quem teria a coragem de afirmar que o déficit do setor privado não somente é abusivo, mas imoral, porque muitas vezes só permite a vida de parasitas, em detrimento da Nação?...

5961  
- 4 JUN 1985

COPIA DE ARQUIVO